



**ENCONTROS REGIONAIS
TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIA, POVOS
TRADICIONAIS E COMUNIDADES ESPECÍFICAS**

Relatório de Sistematização – Bonito

**RECIFE – PE
AGOSTO / 2022**



Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



MINISTÉRIO DA
CIDADANIA



Centro de Desenvolvimento e Cidadania

Programa Primeira Infância do SUAS – Programa Criança Feliz

Governo do Estado de Pernambuco

Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude

Secretaria Executiva de Assistência Social

Governo Federal

Ministério da Cidadania

Secretaria Nacional da Primeira Infância



Relatório de Sistematização:

IV Encontro Regional sobre Trabalho Social com Família, Povos Tradicionais e Comunidades Específicas

Cidade:

Bonito - PE

Elaborado por:

Geová Silvério de Paiva Júnior

E-mail: geova.spj@gmail.com

CNPJ: 46.835.116/0001-41

**RECIFE – PE
AGOSTO / 2022**

LISTA DE SIGLAS

BCP – Benefício de Prestação Continuada

UNICAP – Universidade Católica de Pernambuco

CadÚnico – Cadastro Único

CDC – Centro de Desenvolvimento e Cidadania

COEGEMAS – Colegiado Estadual de Gestores Municipais da Assistência Social

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LAHIN – Laboratório de História das Infâncias

PAIF – Proteção e Atendimento Integral à Família

PBF – Programa Bolsa Família

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SDSCJ – Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude

SEAS – Secretaria Executiva de Assistência Social

SESS – Secretaria Executiva de Segmentos Sociais

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

UFPB – Universidade Federal de Paraíba

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

Sumário

LISTA DE SIGLAS	2
1. APRESENTAÇÃO	4
2. ABERTURA: Qualificação do atendimento aos povos tradicionais e comunidades específicas na política de assistência social e seus desafios de implementação frente às restrições orçamentárias	5
3. MESA DA MANHÃ: Diversidade cultural e territorialidade no Estado de Pernambuco	7
3.1 Diversidade sociocultural e territorialidades: experiências de Pernambuco – Delma Silva.....	7
3.2 Roda de conversa com representantes dos povos tradicionais e comunidades específicas	11
3.2.1 Representante Quilombola – Wanderlúcia Faustino (Comunidade Castainho)	11
3.2.2 Representante Indígena – Átila da Silva (Povo Xucurú de Ororubá).....	12
3.2.3 Representante de Comunidade de Terreiro – Alan Deivison	13
3.2.4 Considerações Finais	14
4. MESA DA TARDE: Povos Tradicionais na Proteção Social Básica do SUAS e a diversidade das vivências com crianças na primeira infância.....	14
4.1. Considerações Finais	20
5. REFERÊNCIAS	22
6. Anexo	24
6.1. Fluxo de acompanhamento familiar no âmbito das ações competentes ao CRAS	24
6.2. Referências Técnicas Metodológicas para o Trabalho Social com Famílias	25
6.3. Municípios participantes do encontro.....	26
6.4. Anexo – Avaliação do Evento	27

1. APRESENTAÇÃO

No dia 12 de julho de 2022, na casa de recepções Renata Goes na cidade de Bonito, das 08 às 16 horas, foi realizado o quarto de um grupo de encontros regionais sobre trabalho social com famílias, povos tradicionais e comunidades específicas. O evento é organizado pelo Centro de Desenvolvimento e Cidadania (CDC) em parceria com a Secretaria Executiva de Assistência Social (SEAS) da Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude (SDSCJ) do Governo do Estado de Pernambuco.

Os encontros visam qualificar os profissionais da assistência social de Pernambuco para o trabalho no Programa Primeira Infância no SUAS (Sistema único de Assistência Social), Programa Criança Feliz, do governo federal vinculado à Secretaria Nacional da Primeira Infância do Ministério da Cidadania. Nesse sentido, foram propostos discussões e debates em torno das especificidades culturais dos povos tradicionais e comunidades específicas do Estado a exemplo de indígenas, quilombolas e ciganos e dos modos particulares de vivência de suas famílias e crianças. A ação configura-se como instrumentalização importante para os profissionais a trabalharem com esse tipo de público do Programa Criança Feliz de modo a melhor capacitá-los para uma atuação de assistência e proteção social de valorização e respeito à diversidade pluriétnica.

Sobre o Programa Criança Feliz, seu objetivo é o desenvolvimento integral da primeira infância, desse modo, atende gestantes, crianças de até 36 meses e suas famílias incluídas no Cadastro Único (CadÚnico), crianças de até 72 meses e suas famílias beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BCP) e crianças de até 6 anos afastadas do convívio familiar em razão de aplicação de medida de proteção¹.

O presente relatório sistematiza os debates e reflexões trazidos das mesas do evento aqui apreciado que contou com 234 participantes majoritariamente profissionais da assistência social de 50 municípios. Marcaram presença técnicos e gestores dos Agrestes Central, Meridional e Setentrional.

Diante do exposto, espera-se, portanto, que este documento se configure como ferramenta de consulta e aperfeiçoamento aos que por ele busque. Para este fim, as informações serão estruturadas a partir de momentos sendo o primeiro de abertura, o segundo correspondente ao período da manhã, subdividido em duas mesas temáticas: “Diversidade sociocultural e

¹ Maiores detalhamentos do Programa Criança feliz podem ser consultados no website: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/crianca-feliz>.

territorialidades: experiências de Pernambuco” e “Roda de conversa com representantes dos povos e comunidades específicas”. O terceiro momento, ocorrente no período da tarde, fará a sistematização da terceira mesa, intitulada “Povos Tradicionais na Proteção Social Básica do SUAS e a Diversidade das Vivências com Crianças na Primeira Infância”.

2. ABERTURA: Qualificação do atendimento aos povos tradicionais e comunidades específicas na política de assistência social e seus desafios de implementação frente às restrições orçamentárias

Participantes	
Gustavo Adolfo	Prefeito de Bonito
Edson Monteiro	Vice Prefeito de Bonito
Izabel Celina	Secretária de Assistência Social de Bonito
Dailma Carla	Representante do Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social (COEGEMAS);
Altair Correia	Secretário Executivo de Assistência Social (SEAS/SDSCJ)
Ana Paula da Silva	Secretaria Executiva de Segmentos Sociais (SESS/SDSCJ)
Equipe de Governo Municipal	Secretarias de governo, educação, planejamento e meio ambiente, saúde, administração, turismo, finanças, obras, agricultura, procuradoria geral, entre outras autoridades municipais.

O IV Encontro Regional sobre trabalho social com famílias, povos tradicionais e comunidades específicas contou em sua abertura com a maior parte da equipe de governo do município de Bonito para além do prefeito e vice prefeito da cidade juntamente com a secretária de assistência social do município.

Após a apresentação cultural de um grupo esportivo e de dança local, os representantes estaduais e municipais presentes saudaram-se uns aos outros e a plateia presente proferindo algumas palavras sobre a importância do evento ali sediado.

O Secretário Executivo de Assistência Social da SDSCJ Altair Correia não só ratifica a importância do evento como também aponta para a necessidade de capacitação das equipes dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) para atender ao público advindo dos povos tradicionais, detentores de especificidades culturais e possuidores de uma história própria ao mesmo tempo que tendencialmente estão imersos em situações de vulnerabilidade social, portanto demandantes de assistência por parte do Estado.

Sinaliza-se ainda para a situação de crise pela qual passa o Brasil, atualmente são 33 milhões de pessoas em situação de miséria, colocando o país novamente no mapa da fome². Soma-se a esse contexto a redução de recursos para a assistência social em cerca de 80%, processo que data desde 2016 e perdura até hoje. Assim, a luta pela permanência e fortalecimento da Política de Assistência Social se faz cada vez mais urgente.

Ana Paula da Silva, da Secretaria Executiva de Segmentos Sociais (SESS-SDSCJ), atenta para o fato de o profissional de assistência social ser a linha de frente da política pública, é este e esta profissional que conhece as questões de vulnerabilidade que permeiam as famílias público alvo das ações políticas, por exemplo. Portanto, a capacitação dessa linha de frente para atuar junto as famílias é de suma importância. Além do mais, é preciso um olhar mais atento frente as especificidades culturais, as tradições e histórias daquelas pertencentes aos povos tradicionais.

A secretaria de segmentos sociais, então, tem uma atuação que preza pela participação popular norteada pelo prisma da igualdade racial convidando as famílias a pensarem políticas públicas focalizadas uma vez que muitas das mesmas alegam a invisibilização e não reconhecimento de seus pertencimentos étnicos por parte das instituições e grupos a frente da política pública. Logo, o encontro regional é um espaço privilegiado para que profissionais da assistência social se tornem mais sensíveis as demandas dessas famílias levando também em conta as especificidades culturais que as rodeiam, tal formação é investir no aprimoramento das políticas públicas por meio de quem as executa e também por meio daqueles que por elas são atendidos. Em complemento a essa fala, Dailma Carla, do Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social (COEGEMAS), fala sobre o SUAS, que o mesmo não parou e sim, se reinventou, diante de um cenário tão complicado pelo qual passa a assistência social no Brasil.

Findada as provocativas iniciais da mesa de abertura e após a saudação do prefeito de Bonito, Gustavo Adolfo, o evento prossegue com a composição de uma nova mesa de discussão a qual visará refletir sobre as experiências de Pernambuco no campo de políticas em pró da diversidade cultural e suas territorialidades seguida de uma outra mesa com falas e reflexões de representantes dos povos tradicionais e comunidades específicas.

² Conforme estudo contido no Segundo Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto de Pandemia da Covid 19 no Brasil realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN). Os dados podem ser acompanhados na íntegra pelo link: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>.

3. MESA DA MANHÃ: Diversidade cultural e territorialidade no Estado de Pernambuco

Participantes	
Coordenador do debate: Josenildo Sinésio	Gerente Geral de Articulação (SDSCJ)
Delma Josefa da Silva	Cientista Social pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Mestre e Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), integrante do Laboratório de História das Infâncias (LAHIN) e da equipe do Centro de Desenvolvimento e Cidadania (CDC) do programa Criança Feliz.
Wanderlúcia Faustino	Representante Quilombola – Comunidade de Castainho
Átila da Silva	Representante Indígena – Povo Xucurú Ororubá
Alan Deivison	Representante de Comunidade de Terreiro

3.1 Diversidade sociocultural e territorialidades: experiências de Pernambuco – Delma Silva

A professora Delma da Silva após saudar a plateia atenta, em reforço a fala de abertura do Secretário Executivo de Assistência Social, Altair Correia, para os cortes orçamentários na política de assistência social e sua consequente precarização dos serviços ofertados pelo SUAS, amplificando o sofrimento da população. É preciso se refletir sobre os impactos desses cortes.

O fazer da assistência social é um processo que se dá as muitas mãos, é coletivizado, produzido em um lugar plural, de múltiplos agentes e instituições. Na medida em que somos muitos, é sob essa pluralidade de ações que a diversidade se edifica como um valor. Para ilustrar esse fazer a palestrante declama brevemente trecho do poema “Tecendo a manhã” (1994) do pernambucano João Cabral de Melo Neto, destacado ao lado.

Um galo sozinho não tece uma manhã:
ele precisará sempre de outros galos.
De um que apanhe esse grito que ele
e o lance a outro; de um outro galo
que apanhe esse grito que um galo antes
e o lance a outro; e de outros galos
que com muitos outros galos se cruzem
os fios de sol de seus gritos de galo,
para que a manhã, desde uma teia tênue,
e vá tecendo, entre todos os galos.
E se incorporando em tela, entre todos,
se erguendo tenda, onde entrem todos,
se entretendendo para todos, no toldo
(a manhã) que plana livre de armação.
A manhã, toldo de um tecido tão aéreo
que, tecido, se eleva por si: luz balão.

Tecendo a manhã (João Cabral de Melo Neto) - 1994

Etimologicamente o nome de nosso Estado, Pernambuco, significa “buraco no mar” ou “mar furado”. É um nome de origem Tupi, isto é, advém da língua nativa dos povos originários que aqui habitavam. O estado possui 184

municípios mais a Ilha de Fernando de Noronha, desse quantitativo, 179 estão contemplados pelo programa primeira infância do SUAS, programa Criança Feliz. Ou seja, uma cobertura de aproximadamente 97% do território.

Delma avança trazendo dados como o quantitativo de mortes no Brasil e em Pernambuco por COVID – 19, o avanço da pobreza e da vulnerabilidade no país e no Estado bem como a volta da fome como um problema generalizado pelo qual passa a população. Neste quadro traçado pelos dados apresentados por ela observa-se o quanto a pobreza e a vulnerabilidade vêm se reproduzindo e ampliando com mais afinco nos últimos anos, realidade muitas das vezes silenciada. De forma sensível, o poema “Tem gente com fome” do recifense Solano Trindade é declamado como alusão ao contexto apresentado.

TEM GENTE COM FOME

Trem sujo da Leopoldina
correndo correndo
parece dizer
tem gente com fome
tem gente com fome
tem gente com fome

Piiiiii

Estação de Caxias
de novo a dizer
de novo a correr
tem gente com fome
tem gente com fome
tem gente com fome

Vigário Geral
Lucas
Cordovil
Brás de Pina
Penha Circular
Estação da Penha
Olaria
Ramos
Bom Sucesso
Carlos Chagas
Triagem, Mauá
trem sujo da Leopoldina
correndo correndo
parece dizer
tem gente com fome
tem gente com fome
tem gente com fome

Tantas caras tristes
querendo chegar
em algum destino
em algum lugar

Trem sujo da Leopoldina
correndo correndo
parece dizer
tem gente com fome
tem gente com fome
tem gente com fome

Só nas estações
quando vai parando
lentamente começa a dizer
se tem gente com fome
dá de comer
se tem gente com fome
dá de comer
se tem gente com fome
dá de comer

Mas o freio de ar
todo autoritário
manda o trem calar
Psiuuuuuuuuuuuu

Poema de autoria de Solano Trindade

Assim, neste quadro de imensa vulnerabilidade em que a população brasileira e pernambucana se encontram, dentre as famílias mais afetadas, estão as pertencentes aos povos tradicionais e comunidades específicas a exemplo de ciganos, indígenas e quilombolas. Sobre

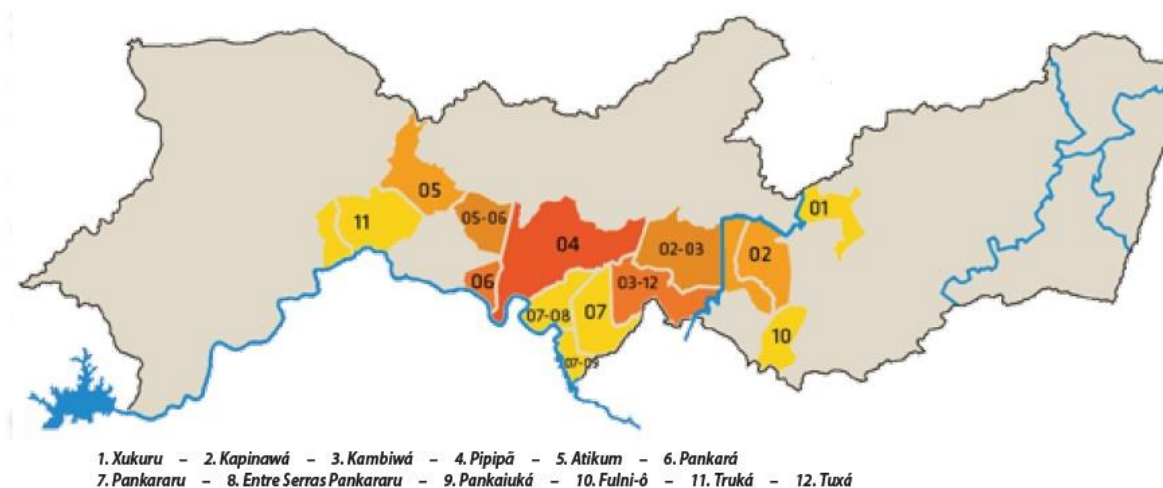
os povos indígenas, figuram em nosso estado, 12 etnias compostas por cerca 45 mil pessoas distribuídas em 16 territórios. A tabela abaixo lista estes povos, seus territórios e os municípios em que estão localizados.

POVOS INDÍGENAS EM PERNAMBUCO

Povo indígena	Município	Localização do território
Atikum	Carnaubeira da Penha; Salgueiro	Serra do Umã
Fulni-ô	Águas Belas	Serra do Comunati/Rio Ipanema
Kambiwá	Ibimirim; Inajá	Serra Negra (Rbio*)
Kapinawá	Buíque; Tupanatinga; Ibimirim	Vale do Catimbau/serras
Pankawiká	Jatobá	Rio Moxotó/Rio São Francisco
Pankará	Carnaubeira da Penha; Itacuruba	Serra do Arapuá/Rio S. Francisco
Pankararu	Petrolândia; Tacaratu; Jatobá	Brejo dos Padres/serras
Pankararu Entre Serras	Petrolândia; Tacaratu; Jatobá	Brejo dos Padres/serras
Pipipã	Floresta	Serra Negra (Rbio)
Tuxá	Inajá; Itacuruba	Serras/Rio Moxotó/Rio São Francisco
Truká	Cabrobó; Orocó	Ilhas do Rio São Francisco
Tuxi	Belém de São Francisco	Ilhas do Rio São Francisco
Xukuru de Cimbres	Pesqueira; Alagoinha; Venturosa; Pedra	Serras/Rio Ipanema
Xukuru do Ororubá	Pesqueira; Poção	Serra do Ororubá/rios Ipojuca e Ipanema

Fonte: SILVA, 2021, p. 97

Em complemento, abaixo está a distribuição territorial dos povos indígenas do estado georreferenciada. O mapa é uma adaptação do elaborado pelo grupo de trabalho de combate ao racismo do Ministério Público de Pernambuco³.



Fonte: GT Racismo - MPPE

³ Mapa original em <http://www.mppe.mp.br/mppe/institucional/nucleos-e-gts/gt-racismo/fique-por-dentro-gt-racismo/comunidades-tradicionais-gt-racismo>.

No que toca a população quilombola, conforme o primeiro Plano Estadual Pernambuco Quilombola (2016-2019)⁴ haviam 150 comunidades no Estado. Dados mais recentes, conforme nota de 17 de abril de 2020 sobre a Covid 19 emitida pela Coordenação Estadual de Articulação Comunidades Quilombolas de Pernambuco⁵, o Estado teria 196 territórios quilombolas somando mais de 500 comunidades totalizando uma população aproximada de 250 mil pessoas.

Um outro povo tradicional presente no estado são os ciganos. Segundo o Instituto Cigano Brasil eles totalizam 20 mil pessoas distribuídas em 32 municípios⁶. Desse modo, considerando esses três grupos (indígenas, quilombolas e ciganos) e seus números, fica mais que provada a diversidade étnica do Estado de Pernambuco. Um outro dado relevante concerne ao fato de que 63% da população estadual é autodeclarada negra (a categoria engloba negros e pardos).

Um tema central a perpassar pela questão da diversidade e a garantir a individualidade de cada grupo existente é o da territorialidade. A territorialidade diz respeito a um lugar de pertencimento, a um lugar de constituição do próprio ser e de sua produção: material e imaterial. Ela extrapola as delimitações geográficas e confere identidade aos grupos. Sobre ela, vale fazer menção ao pensamento do geógrafo Milton Santos:

a ideia de territorialidade se estende aos próprios animais, como sinônimo da área de vivência e de reprodução. Mas a territorialidade humana pressupõe também a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos, é privilégio do ser humano (SANTOS, SILVERIA, 2001, p. 20).

A professora Delma avança em sua explanação citando a experiência histórica do quilombo dos palmares em Pernambuco como exemplo de resistência, defesa de territorialidade e etnicidade por parte daqueles que dele fizeram parte. Palmares representou uma insurgência ao sistema colonial entre os séculos XVI e XVII sendo um movimento de resistência a perdurar por quase 100 anos, foi considerado o maior quilombo das américas, chegou a ter mais de 20 mil membros e se tornou referência de projeto societário e republicano tendo como personalidade chave Zumbi dos Palmares.

⁴ Para consultar o plano vide o site: http://www.portais.pe.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=50e82a83-53d6-470f-a656-b636054672cb&groupId=17459.

⁵ Nota na íntegra pode ser conferida no site: <https://cebes.org.br/coordenacao-estadual-de-articulacao-comunidades-quilombolas-de-pernambuco-assina-nota-sobre-o-covid-19/21706/>.

⁶ Conforme apurado por Kleber Nunes em matéria ao jornal digital Marco Zero. A reportagem pode ser conferida na íntegra em: [https://marcozero.org/pademia-acentua-invisibilidade-dos-povos-ciganos-que-vivem-em-pernambuco/#:~:text=Pernambuco%20tem%20a%20terceira%20maior,Instituto%20Cigano%20Brasil%20\(ICB\)](https://marcozero.org/pademia-acentua-invisibilidade-dos-povos-ciganos-que-vivem-em-pernambuco/#:~:text=Pernambuco%20tem%20a%20terceira%20maior,Instituto%20Cigano%20Brasil%20(ICB))

Diante de tanta diversidade de povos, territórios e experiências, vale questionar o que, de fato, significa diversidade? A diversidade implica em uma relação de alteridade, isto é, em uma relação que se constrói pelo contraste, pela diferença entre o grupo do “eu” e o grupo do “outro”. Alerta-se para o fato de que tal relação deveria pressupor uma eticidade.

O contraste implica na diferença, enxergar a diferença como valor significa escapar a produção da desigualdade que valora as diferenças hierarquicamente. Essa hierarquização das diferenças, ou seja, a valoração positiva e negativa, de superioridade e inferioridade, é uma questão profundamente ética.

Neste caminho a palestrante finaliza sua explanação trazendo a título de exemplo uma experiência pernambucana de política em pró da diversidade e da inclusão da mesma. Trata-se da lei 17.783 de 12 de maio de 2022 a alterar a lei 14.547/22. Agora é possível ao Estado contratar professores escolares indígenas e quilombolas de maneira mais simplificada. A ação é um ilustrativo de como a diversidade pode ser um valor a guiar, nortear políticas que visem a transformação social.

3.2 Roda de conversa com representantes dos povos tradicionais e comunidades específicas

3.2.1 Representante Quilombola – Wanderlúcia Faustino (Comunidade Castainho)

Wanderlúcia Faustino é professora pedagoga também formada em direito. Ela é nascida na comunidade quilombola de Castainho, localizada no município de Garanhuns. É uma das primeiras comunidades junto à Conceição das Crioulas a ser reconhecida no Estado, possui uma história de cerca de 400 anos de existência marcada por grande ausência de políticas públicas. Só em tempos recentes, aponta a palestrante, que a comunidade vem tendo coleta de lixo periódica e acesso a água encanada, por exemplo. A comunidade possui em torno de 400 famílias cujo sustento provém principalmente da agricultura de subsistência e também de auxílios governamentais, como o programa Auxílio Brasil.

Para Wanderlúcia, falar sobre comunidades quilombolas ainda é um processo doloroso visto todo o histórico de invisibilização, discriminação e desigualdade o qual perpassa o povo preto no Brasil. Fala da importância de se ocupar espaços e continuar resistindo e persistindo frente a um contexto de constantes ataques e desvalorização dos negros e das comunidades quilombolas. Sente-se triste, pois é visível, diante do isolamento e da vulnerabilidade que assola

as comunidades quilombolas de um modo geral e Castainho em particular, a falta de perspectiva da população, em especial, dos mais jovens.

Com esses pontos, reflete sobre a importância da assistência social ter um olhar e escuta sensível junto ao povo preto, junto ao povo de quilombo, no seu fazer profissional. Coloca como um grande desafio, dentre tantos, fazer assistência social com tão poucos recursos. Reflete sobre isso a partir de sua experiência como trabalhadora do CRAS. Após esses apontamentos, agradece sua participação e a palavra é passada para o representante indígena da mesa.

3.2.2 Representante Indígena – Átila da Silva (Povo Xucurú de Ororubá)

Átila da Silva, representante indígena do povo Xucurú de Ororubá, fará uma exposição em que se buscará um caminho para que de fato possamos compreender o que são famílias de povos tradicionais e comunidades específicas. Para isso, uma primeira questão a se ter em mente é o modelo de sociedade atual que remete ao modelo colonizador o qual fundou e estruturou nosso país.

O povo Xucurú foi colonizado por volta do século XVII, a partir de 1626, por João Bernardo Vieira de Melo. Segundo dados do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o povo teria em torno de 13 mil indígenas vivendo em uma extensão territorial de 27.555 hectares na cidade de Pesqueira, no agreste pernambucano.

O atual contexto dos povos indígenas, para Átila, é uma atualização da mesma lógica instaurada no século XVI e que perdura até os dias atuais. Trata-se, no entanto, de uma colonização velada, intensificada cada vez mais na atual gestão federal. Tem-se, então, uma cultura de morte não só aos povos indígenas, mas a todos aqueles que fazem parte dos povos tradicionais e comunidades específicas.

Diante disso, resistência é a palavra de ordem. É preciso resistir e se desvincular de um modelo societário verticalizado para pensa-lo de maneira mais horizontal pela qual a pluralidade étnica seja reconhecida e, ao mesmo tempo, não seja hierarquizada. Os indígenas não são todos iguais, ainda que a luta do movimento seja comum aos povos, cada qual possui demandas diferenciadas conforme suas particularidades culturais. Reconhecer isso exige uma postura empática, caso contrário a cultura de morte permanecerá a ser perpetuada.

Essa colonização velada se exemplifica quando da ocasião do velório do indigenista pernambucano Bruno Pereira uma entrevista foi dada à rede Globo pelo cacique Marcos Xucurú e que repercutiu nas redes sociais por meio do questionamento da sua identidade indígena e da de outros presentes no enterro. O indígena precisa ter cara de índio, é preciso que ele seja

compatível com os estereótipos incutidos na cabeça das pessoas pela sociedade colonial. Resistir a isso ainda se faz necessário, é preciso se livrar do pensamento colonizador, segundo Átila. Para tanto, tem-se que pensar políticas públicas que sejam de fato efetivadas.

Um outro ponto trazido pelo palestrante diz respeito ao conceito de família. Enfatiza que não existe um modelo padrão de família. Para seu povo, família é aquele que está junto. Qualquer política que atue sobre famílias deve ter essa concepção em mente e sempre partir do respeito as diferenças. Ele encerra sua fala parafraseando o falecido cacique Xicão – “Acima do medo, coragem!”.

3.2.3 Representante de Comunidade de Terreiro – Alan Deivison

Pai Alan, sacerdote de candomblé, lidera um templo de tradição nagô na cidade de Moreno. Atualmente está como técnico na coordenadoria de igualdade racial do Estado. Ele saúda a mesa e a plateia do evento e enfatiza a importância da discussão proposta. Atesta que não é possível discutir igualdade sem passar pela compreensão das diferenças.

O povo de comunidade de terreiro descende dos que para aqui vieram escravizados. Na história do país não só a construíram por meio do trabalho (forçado), mas para aqui trouxeram sua cor, sua dança, sua culinária e também sua forma particular de adorar a natureza. A natureza é algo sagrado, nada mais é do que a própria representação de Deus e não há nada de demoníaco nisso.

O povo de terreiro em muito contribuiu e ainda contribui para a sociedade, é preciso se desvencilhar da imagem de que são pessoas ligadas a fazer o mal. Junto aos indígenas, são a base da medicina no mundo, pois é das plantas e de seu conhecimento sobre elas que muito se advém os remédios existentes. Destaca-se ainda suas concepções de sociedade nas quais o respeito as crianças e aos idosos é imperativo.

Pai Alan sinaliza para a invisibilidade e o péssimo atendimento atribuídos ao seu povo no campo dos serviços governamentais. É preciso conhecer as diferenças, entender, por exemplo, que nas sextas-feiras um trabalhador estar todo de branco, ali tem-se uma pessoa profundamente religiosa, entender que ao ver as marcas tribais no corpo de uma pessoa, ali tem-se uma referência étnica e ancestral, entender que as pessoas não podem ser diferenciadas desigualmente por conta de sua cor. Apenas o conhecimento pode superar as barreiras do preconceito e da discriminação.

As formas de dança, crença, fala, vestimenta, etc, não podem ser instrumentos que levem a morte do povo. Comumente esses marcadores são usados como justificativas para intolerância

religiosa e ataque aos terreiros. É preciso dar um fim a esse ciclo de violência. A ignorância mata, é preciso de conhecimento para combatê-la.

3.2.4 Considerações Finais

Após as falas dos representantes de povos tradicionais e comunidades específicas é aberto o espaço para o debate com a participação da plateia do evento. Uma intervenção chama a atenção sobre a importância da questão da territorialidade. Um município possui vários territórios, é pertinente, portanto, se perguntar se neles existem comunidades tradicionais, quais são, quantas são, se estão cobertas pelos serviços socioassistenciais, por quais serviços e o quanto estão cobertas. Em suma, tais questionamentos implicam na necessidade de se conhecer previamente a realidade local antes da execução dos trabalhos para melhor planejamento. Além disso, a postura empática e a escuta sensível são elementos essenciais para a qualidade dos serviços.

Caminhando para as falas de encerramento da manhã, a professora Delma sinaliza para tempos em que vivemos um projeto estruturado de morte, logo se faz necessário que retomemos o resgate de nossos projetos de vida. Dentro disso, reconhecer a diversidade pluriétnica e os ataques que os vários grupos vêm sofrendo se faz necessário. É preciso que seus projetos de vida sejam garantidos por meio da garantia de seus direitos específicos – direitos de reconhecimento, de visibilidade, de acesso as políticas públicas. Após a fala de Delma, os demais participantes da mesa fazem seus agradecimentos e encerra-se as discussões do período da manhã.

4. MESA DA TARDE: Povos Tradicionais na Proteção Social Básica do SUAS e a diversidade das vivências com crianças na primeira infância

Participantes	
Coordenadora do debate: Izabel Celina	Secretária de Assistência Social de Bonito
Ana Cândida Aires Ribeiro	Assistente Social da AVox Social – Formação Profissional, Consultoria & Assessoria, mestre em Políticas Públicas pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

O período da tarde do IV Encontro Regional sobre Trabalho Social com Famílias, Povos Tradicionais e Comunidades Específicas em Bonito traz a palestrante assistente social da AVox – Formação Profissional, Consultoria & Assessoria e também mestre em Políticas Públicas pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Ana Cândida Aires Ribeiro. Ela traçará reflexões

sobre Povos Tradicionais na Proteção Social Básica do SUAS e a diversidade das vivências com crianças na primeira infância, tema que intitula a mesa da tarde.

Após breve apresentação sobre si e da instituição ao qual faz parte, Ana Cândida anuncia o percurso metodológico de sua explanação e passa primeiramente para uma contextualização mais ampla, ainda que sucinta, da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Ela compõe um dos tripés do modelo de seguridade social brasileira junto com a previdência e a saúde. Destaca-se como porta de entrada para essa política os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), instrumentos elementares da Proteção Social Básica responsáveis pela organização dos serviços voltados para a prevenção e a promoção social dos usuários, famílias e comunidades. É importante dizer que a partir do ano de 2005 os centros são expandidos ao longo do território nacional de modo que atualmente eles marcam presença em todas as cidades brasileiras.

O trabalho social com famílias, portanto, faz parte do cotidiano da equipe de trabalho dos CRAS. Dentre os serviços oferecidos por eles, um dos principais é o PAIF – Proteção e Atendimento Integral à Família. Ele não é apenas um programa com início, meio e fim, mas com o desenvolvimento da política, passou a ser um serviço continuado.

O PAIF consiste em um trabalho continuado com as famílias que atende exercido dentro do CRAS cujos objetivos são fortalecer a função protetiva frente a essas famílias, prevenir a ruptura de seus vínculos, promover o acesso aos direitos e seus usufrutos bem como contribuir na melhoria da qualidade de vida da população vulnerável. Para além disso, é preciso pensar que a promoção de vínculos feita pelos centros não deveria visar apenas a resolução de problemas e enfrentamento das vulnerabilidades, mas também enxergar as potencialidades de ação social e melhorias no território de modo a aprimorá-las.

Sinaliza-se ainda para a questão da autonomia do cidadão para escolher aderir ou não a um determinado serviço, a uma determinada ação da política, como um elemento importante a ser considerado e respeitado. É preciso entender que os usuários do SUAS tem o direito de escolha sobre o que participar ou não e cabe aos profissionais aceitarem e respeitarem essa decisão.

Junto ao PAIF, o CRAS tem um trabalho de encaminhamento a um outro serviço denominado de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) com foco mais coletivo, grupal, enquanto no PAIF o foco seria no trabalho com famílias. A convivência comunitária é um direito social, é de primazia do Estado a garantia desse direito seja a uma família pobre ou extremamente pobre e até mesmo a pessoas fora do perfil do Cadastro Único. É de competência do Estado a entrega de equipamentos e espaços públicos que promovam tanto

a convivência familiar quanto a convivência comunitária, ao fazer isso, fortalecendo cada vez mais os vínculos entre os cidadãos, mais proteção social está sendo dada a eles. Nesse processo a comunicação entre os serviços é essencial de modo a promover a excelência de qualidade dos serviços.

Tão importante quanto o referenciamento do CRAS de um serviço para outro é o contra referenciamento deste para o primeiro. É preciso garantir que o usuário dos serviços tenha um retorno, pensar o processo ciclicamente para melhor acompanhar e avaliar os trabalhos que estão sendo realizados junto aos usuários e os resultados alcançados. Frisa-se que o referenciamento ocorre de um serviço de proteção de menor complexidade para um de maior complexidade dentro dos níveis de proteção socioassistenciais. O contra referenciamento é a “devolutiva” para o CRAS de modo a dar continuidade ao trabalho uma vez resolvida as questões sociais mais complexas a atingir as famílias usuárias dos serviços.

Como há de se supor, família é uma categoria central para compreensão do PAIF. Ela não está em volta de um conceito fechado, mas compreende uma série de disposições a ilustrar os mais diversos arranjos parentais. Dentro da Política Nacional de Assistência Social a família diz respeito ao grupo de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos e/ou de solidariedade. Assim, torna-se fundamental para o entendimento da categoria questionamentos do tipo “contar com?”, isto é, com quem o usuário conta em situações de necessidade. Saber isso permite compreender os laços afetivos e de solidariedade que podem, inclusive, extrapolar os consanguíneos. As relações de vizinhança são bastante exemplificadoras da questão - muitas das vezes as pessoas contam com vizinhos para tomar conta dos filhos entre outras situações.

Uma outra categoria importante é o território e como já exposto em momentos anteriores no evento, tal categoria ganha uma centralidade maior no trabalho com famílias de povos tradicionais e comunidades específicas. Território não é apenas um espaço geográfico, mas é um espaço de pertencimento, um espaço de vivência e de constituição da identidade do próprio ser. Nele relações são constituídas e elas também o constituem, tais relações ora podem ser harmoniosas, ora conflitantes, logo, o território é um espaço afetivo e dinâmico, multifacetado. A compreensão do território permite entender, portanto, as situações de vulnerabilidade e riscos sociais a se enfrentar, também permite identificar potencialidades de fortalecimento de vínculos e luta por direitos a se aprimorar.

O trabalho social com famílias do PAIF, portanto, engloba as duas categorias discutidas. A partir delas é que são elaboradas ações orientadas teórica, metodológica, ética e tecnicamente para contribuir para a convivência, reconhecimento de direitos e possibilidades de intervenção

na vida social das famílias de modo a garantir acesso a renda, aos serviços e aos programas das mais diversas políticas públicas, viabilizar a construção de novos projetos de vida, fomentar a consciência crítica e o protagonismo bem como promover a construção coletiva de projetos participativos e societários. Logo, é um trabalho que consiste no desenvolvimento de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo reconhecendo as famílias e seus membros como sujeitos de direito.

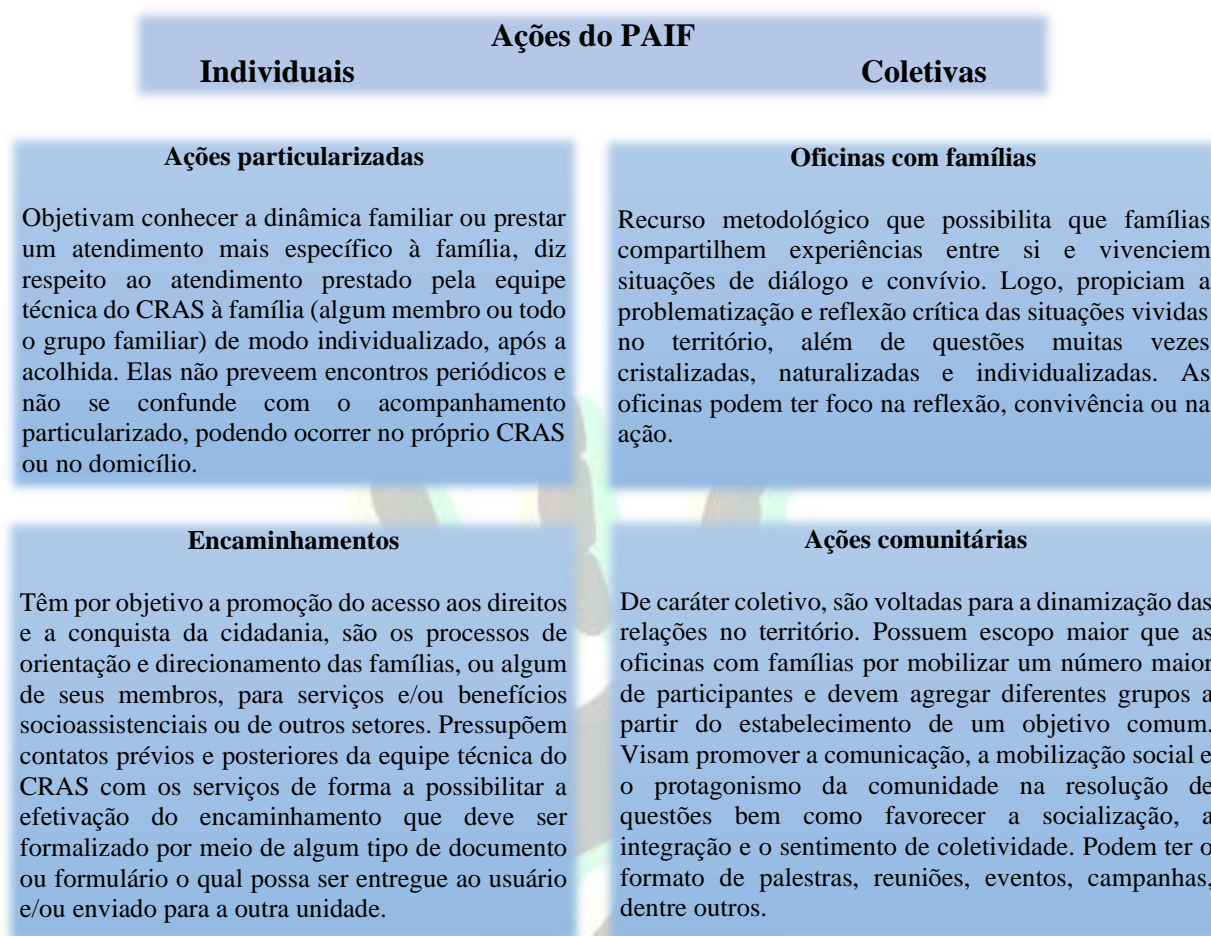
Esse trabalho social faz parte do cotidiano dos CRAS, neles se fazem os acolhimentos e as escutas qualificadas, delas os estudos sociais os quais permite diagnosticar não só as vulnerabilidades a gerarem os encaminhamentos necessários para outros serviços como também as potencialidades a serem desenvolvidas. Dentro desse trabalho pode-se fazer um plano de acompanhamento familiar lembrando que isso não é competência única e exclusiva dos CRAS no sentido de a assistência social tentar resolver todos os problemas. Daí vem a importância da intersetorialidade para que se articule com os outros serviços da saúde, educação, etc, o atendimento à família.

O PAIF pode compreender tanto ações individualizadas (ações particulares e/ou encaminhamentos) quanto ações coletivas (oficinas com famílias e/ou ações comunitárias). Vai ser no momento de acolhida que a equipe profissional multidisciplinar tomará a melhor decisão sobre como proceder no atendimento da(s) família(s) ou a um de seus membros. A equipe sempre deverá se apresentar ao público usuário e tratar as pessoas por seu nome ou nome que se reconhece, trazer as informações sobre o CRAS e os serviços oferecidos e garantir que as informações ali compartilhadas pelos usuários serão sigilosas. Deve-se lembrar que a acolhida não é a recepção da família ou das pessoas ao centro, mas a escuta qualificada de suas questões e necessidades a qual deve ser avaliada de maneira técnica e responsável.

Abaixo apresenta-se uma matriz de possibilidades de ações do PAIF a nível individual e coletivo. Assim, é possível atender os usuários através não só de ações particularizadas e encaminhamentos como também por meio de metodologias como oficinas com famílias e ações comunitárias.

Uma vez destrinchado o trabalho social com famílias no contexto da Política de Assistência Social dentro dos Centros de Referência de Assistência Social por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família⁷ é preciso pensa-lo no âmbito de atendimento aos povos tradicionais e comunidades específicas.

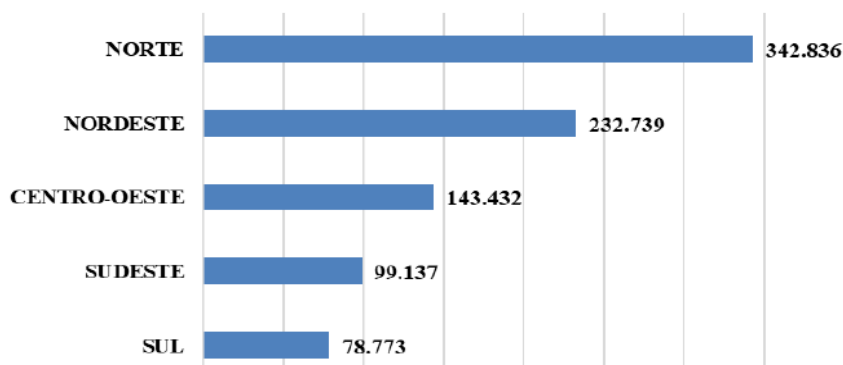
⁷ No final deste relatório, na sessão de anexos, será disposto um fluxograma o qual ilustra o processo de acompanhamento familiar no CRAS.



Sobre esses segmentos da população brasileira, fazendo referência ao marco legal que os define, protege e garante seus direitos, a palestrante os conceitua seguindo o disposto no artigo 3º do decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, o qual institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Assim temos como conceitos importantes:

Povos e comunidades tradicionais	<ul style="list-style-type: none"> • Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem forma próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.
Territórios tradicionais	<ul style="list-style-type: none"> • Os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária.
Autoidentificação	<ul style="list-style-type: none"> • Qualquer pessoa que assim se identifique e que pertença a uma comunidade que a reconhece como tal. Não são traços físicos ou locais de moradia que definem quem é pertencente a esses grupos.

Conforme o mesmo decreto existiriam 26 povos e comunidades tradicionais reconhecidos oficialmente. No que toca a distribuição da população indígena de



cerca de 896.917 pessoas (0,4% da população nacional), o gráfico acima a quantifica nas 5 regiões que compõe o Brasil segundo os dados do censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A região norte, como é possível perceber, detém o maior quantitativo de indígenas sendo eles majoritariamente aldeados. A região nordeste, contudo, ainda que em segundo lugar no quantitativo de indígenas, lidera o ranking de não aldeados, ou seja, residentes fora das aldeias – são 126.597 indígenas. Os dados do censo daquela época ainda apontam que 63,8% das pessoas vivem nas zonas rurais contra 36,2% vivendo nas áreas urbanas. Os indígenas estão presentes em 289 municípios e há 305 etnias falantes de 274 línguas em nosso país.

Considerando que os povos e comunidades tradicionais são prioritários no Cadastro Único, para se ter uma dimensão do quanto eles estão contemplados no banco de dados para inserção nos programas e ações das políticas de assistência social a tabela abaixo demonstra o quantitativo de famílias pernambucanas desses povos no CadÚnico, destas quantas estão contempladas pelo atual programa de transferência de renda Auxílio Brasil, antigo Bolsa Família (PBF). A terceira coluna apresenta o percentual de famílias contempladas com o auxílio em relação ao total existente no cadastro, chamamos atenção para a população Cigana com o menor nível de cobertura.

Grupos Familiares	Famílias Cadastradas	Famílias Beneficiárias do PBF	% de Famílias beneficiárias em relação as cadastradas
Agricultores familiares	307.774	223.077	72,5%
Indígenas	19.934	15.659	78,6%
Coletores de material reciclável	18.516	15.583	84,2%
Quilombolas	18.906	14.563	77,0%
Assentados da Reforma Agrária	13.084	7.984	61,0%
Resgatados do trabalho análogo ao de escravo	9.720	6.105	62,8%
Pescadores artesanais	7.478	5.604	74,9%
Pessoas em situação de rua	3.161	2.511	79,4%

Famílias de presos do sistema carcerário	2.247	1.719	76,5%
Ribeirinhos	1.622	1.221	75,3%
Acampados	1.077	756	70,2%
Extrativistas	660	490	74,2%
Famílias pertencentes a comunidades de terreiro	493	257	52,1%
Ciganos	477	176	36,9%
Atingidos por empreendimentos de infraestrutura	325	164	50,5%
Beneficiários do Programa Nacional do Crédito Fundiário	68	48	70,6%
Total	405.542	295.917	73,0%

Fonte: Ministério da Cidadania, Cadastro Único para programas Sociais (Maio/2022)

Diante do exposto fica a reflexão de quanto trabalho se tem pela frente por parte dos profissionais da assistência social de Pernambuco para dar a devida visibilidade a essas populações e mitigar distorções dos tipos observados na tabela acima a exemplo dos povos de terreiro e das comunidades ciganas – além do baixo quantitativo de famílias no CadÚnico, também há baixos índices de cobertura dos programas de transferência de renda. É preciso investigar o porquê disso.

Ana Cândida então conclui sua explanação reforçando a necessidade de estudos e diagnósticos da realidade local dos povos tradicionais e comunidades específicas realizados pelas equipes do CRAS de modo a mapear mais assertivamente as vulnerabilidades e potencialidades dos territórios e suas populações para se poder traçar as melhores estratégias de ação. Nesse processo é preciso ter em vista as particularidades culturais de cada território na hora de se planejar as estratégias e ações e ao mesmo se preocupar em traduzi-las ao linguajar e as práticas da comunidade de modo a promover a conexão entre seus saberes com os saberes técnicos da equipe de profissionais, isso não se conseguirá sem estabelecer os diálogos e parcerias junto as lideranças de forma respeitosa e horizontal e que garanta a autonomia e protagonismo das famílias e público a ser atendido.

4.1. Considerações Finais

Findada a exposição da palestrante Ana Cândida é aberto um momento de interlocução com a plateia antes das considerações finais. Um primeiro ponto levantado atenta para a necessidade de se melhorar a acolhida dos usuários do CRAS. Quanto melhor for a recepção e mais qualificada a escuta, melhor a satisfação do usuário e as condições de apaziguamento de conflitos, por exemplo. É preciso lembrar que a pessoa que busca o CRAS já vem de uma

condição de sofrimento, não só em decorrência de sua condição de vulnerabilidade em muitos casos, como também em decorrência do fracasso e/ou péssimo atendimento pelo qual passou em outros serviços e instâncias governamentais. Imperaria um sentimento de revolta e insatisfação que precisa ser apaziguado. O primeiro momento de acolhida sensível e qualificada poderia fazer isso.

Também é levantado pela plateia o reforço de se respeitar e valorizar a cultura local das populações e comunidades específicas atendidas. É seu modo de vida e organização que devem ser a referência no atendimento a elas, para isso é preciso conhecê-las, conhecer suas lideranças de modo a firmar diálogos e parcerias respeitadas e horizontais. O Brasil não foi descoberto, ele foi colonizado. É preciso se despir dessa mentalidade colonizadora como já discutido pela manhã, forçar uma mudança de olhar e, conseqüentemente, uma mudança de prática na atuação da assistência social.

Outra temática trazida na interlocução e aprofundada por Ana Cândida concerne aos desafios de implementar o CRAS como um centro de referência no território de fato. Para tanto, na visão da palestrante, é preciso de conhecimento e articulação ampliada. Isto é, é preciso que os profissionais se apropriem de fato das atribuições que lhes compete e que compete aos outros, se apropriar das normativas que regem os serviços oferecidos bem como do conhecimento técnico de modo a efetivá-los ética e responsabilmente. Além do mais, tem-se que reconhecer os limites e potencialidades dos centros dentro do território, superar os desafios envolve ainda estabelecer parcerias e construir articulações intersetoriais inclusive para que os encaminhamentos, quando necessários, sejam realizados de modo efetivo e eficaz. Por fim, buscar estratégias de fortalecimento de vínculos das equipes profissionais e de valorização de seu trabalho como forma de aprimorar a sua ação e isso se transbordar no CRAS como um todo para que se enxergue-o como uma verdadeira referência no território que atua.

Após as discussões travadas, a mediadora do debate faz as considerações finais em agradecimento ao público e as instâncias governamentais presentes e que fomentaram o evento. Reforça a importância do mesmo e ratifica a necessidade de que as discussões travadas se desdobrem em novas práticas de atuação dos profissionais de assistência social. Com isso encerra-se o IV Encontro Regional sobre Trabalho Social com Famílias, Povos Tradicionais e Comunidades Específicas.

5. REFERÊNCIAS

II VIGISAN, Relatório Final; PENSSAN, Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. **II Inquérito Nacional Sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de COVID – 19 no Brasil**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2022. Disponível em: <<https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2022.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2016. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2022.

BRASIL. **Decreto n.º 6040**, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília: Presidência da República, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 22 jul. 2022.

BRASIL. **Lei n.º 8.742**, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm>. Acesso em: 03 ago. 2022.

BRASIL. **Norma Operacional Básica: NOB – SUAS**. Brasília: MDS, 2012. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2022.

Coordenação estadual de articulação comunidades quilombolas de Pernambuco assina nota sobre covid – 19. **CEBES – Centro Brasileiro de Estudos de Saúde**, 17 abr. 2020. Disponível em: <<https://cebes.org.br/coordenacao-estadual-de-articulacao-comunidades-quilombolas-de-pernambuco-assina-nota-sobre-o-covid-19/21706/>>. Acesso em 15 jul. 2022.

MELO NETO, João Cabral de. Tecendo a manhã. In: OLIVEIRA, Marly (Org.). **Obra completa**: volume único. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. Criança Feliz. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/crianca-feliz>>. Acesso em: 19 jul. 2022.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO. Fique por dentro – Comunidades tradicionais. Disponível em: <<http://www.mppe.mp.br/mppe/institucional/nucleos-e-gts/gt->

[racismo/fique-por-dentro-gt-racismo/comunidades-tradicionais-gt-racismo](#)>. Acesso em: 15 jul. 2022.

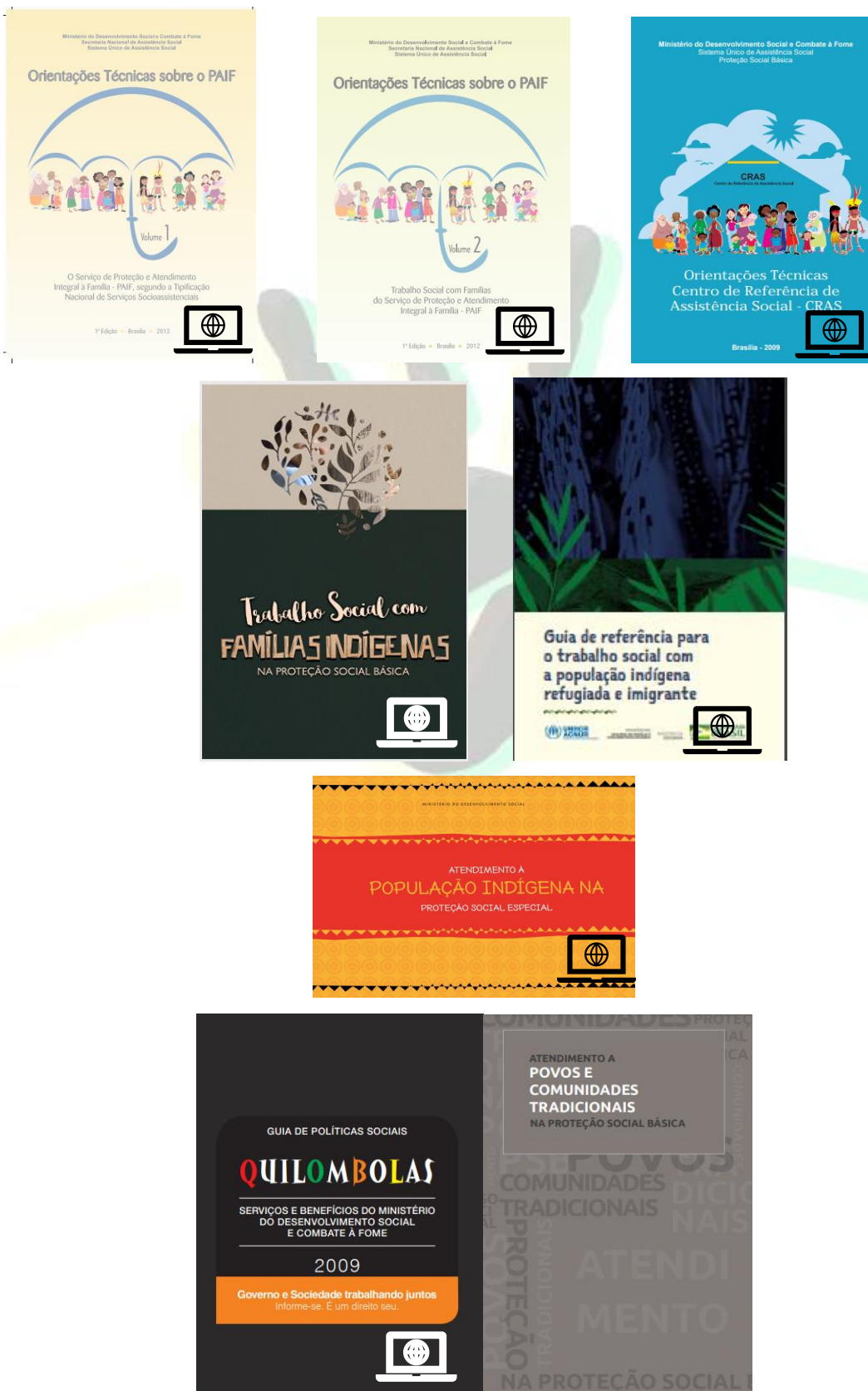
NUNES, Kleber. Pandemia acentua invisibilidade dos povos ciganos que vivem em Pernambuco. **Marco Zero**, Recife, 04 dez. 2020. Disponível em: <[PERNAMBUCO. **Decreto n.º 17.783**, de 12 de maio de 2022. Altera a Lei nº 14.547, de 21 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender às necessidades de excepcional interesse público de que trata o inciso VII do art. 97 da Constituição Estadual. Recife: ALEPE, 2022. Disponível em: <\[PERNAMBUCO. Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude. **Pernambuco quilombola** – Direitos fortalecidos, respeito assegurado. Pernambuco: SDSCJ, 2016. Disponível em: <\\[>\\]\\(http://www.portais.pe.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=50e82a83-53d6-470f-a656-b636054672cb&groupId=17459\\)>. Acesso em: 15 jul. 2022.\]\(https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=63074#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2017.783%2C%20DE%2012,97%20da%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20Estadual.>>. Acesso em: 18 jul. 2022.</p></div><div data-bbox=\)](https://marcozero.org/pademia-acentua-invisibilidade-dos-povos-ciganos-que-vivem-em-pernambuco/#:~:text=Pernambuco%20tem%20a%20terceira%20maior,Instituto%20Cigano%20Brasil%20(ICB).>>. Acesso em 15 jul. 2022.</p></div><div data-bbox=)

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil - Território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, Edson Hely. Os índios na história e a história ambiental no semiárido pernambucano, nordeste do Brasil. **Revista Multirô**, Recife, v. II, n. II, p. 87 – 104, ago. 2021. Disponível em: <[TRINDADE, Solano. Tem gente com fome. In: **Cantares ao meu povo**. São Paulo: Brasiliense, 1981.](https://periodicos.ufpe.br/revistas/mutiro/article/viewFile/250722/40325#:~:text=Os%20povos%20ind%C3%ADgenas%20no%20Nordeste,sobretudo%20a%20demarca%C3%A7%C3%A3o%20das%20terras.>>. Acesso em: 15 jul. 2022.</p></div><div data-bbox=)

6.2. Referências Técnicas Metodológicas para o Trabalho Social com Famílias

SEGURE CTRL E CLIQUE NOS BOTÕES DO CANTO DIREITO PARA ACESSAR A PUBLICAÇÃO NA ÍNTEGRA QUANDO ELA ESTIVER DISPONÍVEL



6.3. Municípios participantes do encontro

REGIÃO	MUNICÍPIO	REGIÃO	MUNICÍPIO	
Agreste Meridional	Angelim	Agreste Setentrional	Bom Jardim	
	Bom Conselho		Feira Nova	
	Caetés		Frei Miguelinho	
	Calçado		João Alfredo	
	Capoeiras		Limoeiro	
	Garanhuns		Machados	
	Jurema		Orobó	
	Lajedo		Passira	
	São João		Santa Cruz do Capibaribe	
	Tupanatinga		Santa Maria do Cambucá	
Agreste Central	Agrestina	Mata Sul	São Vicente Férrer	
	Alagoinha		Surubim	
	Altinho		Taquaritinga do Norte	
	Barra de Guabiraba		Toritama	
	Belo Jardim		Amaraji	
	Bezerros		Escada	
	Bonito		Sertão do Araripe	Santa Cruz
	Brejo da Madre de Deus			
	Camocim de São Félix			
	Caruaru			
	Cupira			
	Gravatá			
	Ibirajuba			
	Jataúba			
	Lagoa dos Gatos			
	Pesqueira			
	Poção			
	Riacho das Almas			
	Sairé			
	Sanharó			
São Bento do Una				
São Caetano				
São Joaquim do Monte				

6.4. Anexo – Avaliação do Evento

